

UNIDADE 2

CONTABILIDADE NACIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Reconhecer as contas nacionais;
- ▶ Avaliar como se determina a medição do produto de uma economia; e
- ▶ Entender o relacionamento das contas que integram a contabilidade nacional.



INTRODUÇÃO

Caro estudante,

Vamos iniciar a Unidade 2 com a apresentação da Contabilidade Nacional. Por intermédio dela conheceremos ferramentas e técnicas que nos permitirão operacionalizar os conceitos da Macroeconomia. Porém, devemos ter paciência para entendermos primeiro como são mensurados os resultados da atividade econômica. Embora a Contabilidade Nacional trate de resultados e devesse fazer parte do último capítulo de um livro de economia, vamos promover esta antecipação a fim de introduzirmos a nomenclatura da área e seus respectivos conceitos, como renda, produto, tributos, exportação e importação.

Mostraremos a você os objetivos da Contabilidade Nacional como disciplina associada à Macroeconomia keynesiana e como são formados os Sistemas de Contas Nacionais. Estas contas são as principais fontes de estatísticas para economistas e pesquisadores, dentre as quais a mais importante é a do Produto Interno Bruto (PIB).

Então, preparado? Vamos lá?

A Contabilidade Nacional é também chamada de Contabilidade Social, pois permite inferir o grau de desenvolvimento social de um país e os benefícios advindos para toda a população por meio do desenvolvimento econômico. Usamos aqui indistintamente os nomes de Contabilidade Nacional e Contabilidade Social, mas preferimos o primeiro porque sem dúvida a nossa preocupação neste livro é única e exclusivamente com as repercussões econômicas da atividade produtiva. Porém, estamos

Você já deve ter ouvido falar do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Para saber acesse <<http://www.pnud.org.br/idh/>>.

***Ex post** – expressão latina utilizada para indicar as condições que resultam de um determinado acontecimento, o qual pode ser um ajuste, uma correção, uma transação ou mesmo a realização de um fato planejado.

Fonte: Lacombe (2004).

conscientes de que em um segundo momento estas repercussões também recaem sobre a sofisticação dos métodos de contabilidade aos quais podemos introduzir mensurações que reflitam especificamente o bem-estar na sociedade, envolvendo um conjunto muito maior de variáveis do que aquelas de natureza puramente econômica.

É importante que você, acadêmico do curso de Administração Pública, tenha capacidade de discernimento diante da economia para distinguir a linguagem contábil da linguagem de modelo. Um modelo econômico que possui uma representação matemática é na verdade uma construção teórica que irá descrever, por meio de gráficos e equações, as diversas relações entre as variáveis econômicas que serão testadas empiricamente para estimularem os efeitos ou as mudanças em um provável resultado final. Por sua vez, um modelo contábil irá trabalhar com identidades que matematicamente irão representar a igualdade de duas ou mais variáveis teoricamente idênticas e que não estabeleçam ligações de causalidades entre elas. Como são geradas **ex post***, não há a necessidade de confrontá-las empiricamente.

Explicar como se dá a evolução do PIB é tarefa para os macroeconomistas e para a teoria macroeconômica que por meio de modelos teóricos analisam e interpretam o comportamento das variáveis. Nós iremos conhecer quem são e como são formadas essas contas para que possamos entender de que forma elas fornecem os dados necessários ao estudo e desenvolvimento desses modelos teóricos no campo da Macroeconomia.

Nesse sentido, podemos em uma primeira definição afirmar que a Contabilidade Nacional é um sistema contábil que permite a avaliação da atividade econômica em um determinado período de tempo, fornecendo estatísticas e hierarquizando fatos econômicos para que possam ser analisados de forma coerente. Diferente de outras linhas de estudo da Macroeconomia, a Contabilidade Nacional trata apenas de fatos *ex post*.

O estudo da teoria macroeconômica dedica-se principalmente a dois grandes aspectos: explicar o crescimento no longo prazo e estudar as flutuações cíclicas; é esta a teoria que irá quantificar as variáveis para sistematizar o seu acompanhamento.

Os aspectos relevantes da atividade econômica, objeto de acompanhamento da Contabilidade Nacional, são as transações monetárias que decorrem do processo de produção e que nos possibilitam verificar o desempenho de uma economia ao longo do tempo. As informações geradas pela Contabilidade Nacional estabelecem comparações internacionais, como as taxas de crescimento do PIB de diversos países, bem como dos principais agregados macroeconômicos. Com essa finalidade foi criada uma sistemática para a apresentação uniforme das Contas Nacionais pelos diversos países, permitindo a apreciação conjunta das informações para as várias economias.

Desde a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas desenvolvem manuais metodológicos com o objetivo de servirem de referência para a produção de estatísticas dos órgãos produtores oficiais de cada país. Quando o sistema não cobre alguma informação são criadas as Contas Satélites, que são estatísticas destinadas a atender objetivos específicos.

A Contabilidade Nacional vem fornecer as principais medidas da economia – os **agregados macroeconômicos**: quanto foi produzido, consumido, investido e quanto de renda foi gerada e como foi apropriada. O que é medido por ela é o resultado agregado dos movimentos individuais da economia que podem ser diferentes de algo planejado anteriormente, por exemplo, a demanda efetiva, considerando um conjunto de agentes. O produto gerado em uma economia de mercado por um período de tempo é determinado pela demanda agregada, ou seja, quanto os agentes econômicos gastaram em determinado período de tempo. Os fluxos de produção de renda e de despesa são passíveis de serem

acompanhados a partir de um sistema contábil que identifique e relacione transações relevantes a serem medidas ao longo do tempo.

Desta forma, como tratamos de transações monetárias, não podemos deixar de destacar que a moeda é a variável que permite quantificar os agregados macroeconômicos, por isso é tão importante manter a estabilidade monetária de um país. Se a instabilidade monetária estiver alta, será necessário um constante ajuste do Sistema de Contas Nacionais.

FLUXO CIRCULAR DA RENDA

Vamos retomar neste livro os conceitos de fluxo circular vistos na disciplina de *Introdução à Economia*. Este fluxo é uma espécie de diagrama que nos permite estabelecer e explicar os principais agregados macroeconômicos. Nele é possível examinarmos as relações de troca entre os setores que originam o processo de produção. Ao falarmos em transações monetárias identificamos dois fluxos principais, são eles:

- ▶ o fluxo real que representa a circulação de bens e serviços e fatores de produção pela economia; e
- ▶ o fluxo monetário que será a remuneração ou a contrapartida paga ao fluxo real.

Tomaremos como exemplo uma economia bem simples, em que só existem famílias e organizações; veremos que esses fluxos circulam em sentidos opostos. Observe a Figura 1:

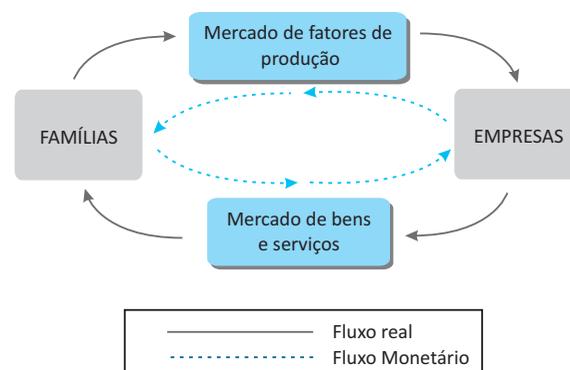


Figura 1: Representação do fluxo circular de renda
Fonte: Elaborada pelo autor

Perceba que o produto elaborado pelas organizações é vendido e adquirido no mercado de bens e serviços em troca de moeda. Esta, por sua vez, foi obtida anteriormente pelas famílias na forma de renda gerada pela venda de sua mão de obra para o mercado de fatores de produção.

Como os bens e serviços e fatores de produção têm uma natureza distinta, será a quantidade de moeda usada em sua transação que será quantificada, pois é ela que dá expressão ao valor econômico e aos bens e recursos de produção quando alguém os adquire em seus respectivos mercados. Assim, algebricamente, podemos dizer que o seu valor ou no caso o valor de produção (VP) será composto por duas variáveis: quantidade (Q) e o preço (P), que, para um bem (i), podem ser escritos da seguinte forma:

$$VP_i = Q_i P_i$$

Portanto, para obtermos o total produzido por essa economia basta aplicarmos um somatório.

$$VP_{total} = \sum_{i=1}^n Q_i P_i = \sum_{i=1}^n VP_i$$

Olhando novamente para a Figura 1 podemos notar que os fluxos reais medem quantidades e os fluxos monetários medem valores. Se considerarmos o funcionamento agregado da economia, em termos *ex post*, os totais de produto e de renda medidos em moeda são exatamente iguais para o mesmo período de tempo.

Contudo, precisamos lembrar que a despeito de se tratar de um exemplo fictício, ele representa um calculado real na Contabilidade Nacional, ou seja, estamos diante de identidades contábeis. Assim, são realizados esforços no levantamento de dados e no cálculo para que sejam encontrados os mesmos valores medidos ao longo de vários pontos do fluxo circular da economia. Mas se os valores encontrados para o fluxo de produto e de renda não forem os mesmos, ajustes devem ser feitos para que as contas fechem, ou seja, converjam para os mesmos números. A não convergência representa um demérito para a Contabilidade Nacional, pelo cuidado com que estes eventuais ajustes ocorrem.

A ÓTICA DE MENSURAÇÃO DO PRODUTO

O fluxo real e o monetário geram diferentes formas de medirmos a atividade econômica e de calcularmos o PIB de uma economia. Como vimos no diagrama apresentado pela Figura 1, o fluxo real ou de produção gera um fluxo monetário. Dessa forma, podemos medir tudo o que essa economia produziu somando a remuneração de todos os fatores de produção, ou, ainda, utilizarmos outra forma de cálculo, como a do **valor adicionado***.

Por fim, podemos concluir por este mesmo diagrama que a renda adquirida só terá dois destinos finais: ou ela será gasta pelas famílias no mercado de bens e serviços ou pelas organizações no mercado de fatores de produção. Temos, então, outra forma de calcularmos o que foi produzido, por meio da soma dos gastos realizados pelos agentes econômicos.

Em resumo, na Contabilidade Nacional o acompanhamento dos fluxos de produção, monetário e dos gastos em um determinado período de tempo nos permite calcular o PIB de uma economia por meio de três óticas:

- ▶ A ótica do produto que é igual ao valor da produção menos o valor dos consumos intermediários.
- ▶ A ótica da renda que é igual a soma das remunerações pagas aos fatores de produção.
- ▶ A ótica da despesa que é igual a soma dos gastos finais da economia, sejam estes em bens de consumo ou formação de capital.

***Valor adicionado** – é tudo o que foi produzido subtraindo os insumos utilizados na produção sendo necessário para que não haja dupla contagem na economia. Portanto, ele também nos informa tudo o que por ela foi produzido. Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, podemos afirmar que o PIB obtido pela ótica do produto mede a produção; pela ótica da renda mede o rendimento dos agentes econômicos; e pela ótica da despesa mede o consumo.

Note que as três óticas expressam valores absolutamente iguais para o produto. Se os ajustes são feitos de forma a obtermos esta identidade, isto se deve a necessidade de respeitarmos o conceito básico do fluxo circular da economia em que não há fontes ou sumidouros, pois todos os recursos ficam circulando pelos vários mercados e a sua medição em qualquer um dos canais de circulação deve redundar nos mesmos valores. Este fluxo circular da economia pode ser comparado com a circulação de um líquido através de um sistema de canais que se comunicam e não possibilitam a sua perda ou acréscimo.

OS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

O PIB representa a produção de todas as unidades produtoras da economia em um dado período de tempo a preços de mercado, ou seja, utilizando o valor adicionado. Avaliando-o pela ótica do produto nós medimos o total do valor adicionado por organizações operando no país independentemente da origem de seu capital. Há ainda o PIB *per capita* que obtemos pela divisão do PIB do ano pela população residente no país no mesmo período. Essa é uma medida bastante utilizada nas comparações entre países e regiões para classificarmos as suas economias. Contudo, ela não é uma medida precisa, pois não leva em consideração a concentração de renda.

Insistimos, portanto, que estamos diante de uma Contabilidade Nacional e não de uma Contabilidade Social. Apesar de ser este o nome utilizado para esta parte da disciplina, você há de convir que deveríamos ter pelo menos uma indicação de desigualdade de renda de uma economia para podermos começar a chamar esta área de social.

A Renda Nacional Bruta (RNB) é o agregado macroeconômico que considera o valor adicionado gerado por fatores de produção de propriedade de residentes no país. Se observarmos uma economia aberta teremos os fatores de produção de propriedade de residentes e os de origem estrangeira (seja capital ou trabalho). Subtraindo o rendimento desses fatores de produção do PIB nós iremos obter o Produto Nacional Bruto, mais precisamente a **Renda Nacional Bruta** (RNB).

Outro ponto importante de ser destacado é que sendo essa economia aberta também existe o uso de fatores de produção de

Como estamos falando de rendimentos auferidos pelos proprietários dos fatores de produção, falamos em Renda Nacional Bruta e não em Produto Nacional Bruto.

residentes em outros países. Seus rendimentos são contabilizados no PIB do outro país, mas também entram na RNB do nosso País. Portanto, o cálculo comum da renda nacional é dado por:

$$\text{RNB} = \text{PIB} - \text{RLFE}$$

Sendo (RLFE) a Renda Líquida de Fatores Externos. A RLFE é a diferença líquida entre a Renda Recebida do Exterior (RRE) e a Renda Enviada ao Exterior (REE). Se a RRE for maior do que a REE, utilizaremos em nossos cálculos a Renda Líquida Recebida do Exterior (RLRE).

Caso a RRE seja menor do que a REE o conceito que surge é o da Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE). Tais distinções são importantes para caracterizarmos o estágio de desenvolvimento de um país: se a RLFE é a enviada então o PIB é maior que a RNB; caso a RLFE seja recebida então o PIB é menor do que a RNB. A primeira perspectiva caracteriza os países em desenvolvimento que produzem muito mais com os fatores estrangeiros do que com os nacionais.

A partir da RNB podemos derivar outro importante agregado que é a Renda Nacional Disponível (RND). Ela é formada pela RNB somada às transferências correntes entre os países para os quais não há contrapartida em termos de bens, serviços ou uso de fatores de produção. É o caso das Transferências Unilaterais Recebidas (TUR) que têm como exemplo as remessas de valores de imigrantes à suas famílias, as doações, as heranças, entre outras. Logo, ela corresponde a tudo aquilo que os agentes econômicos possuem para consumir. Para calculá-la temos duas formas:

$$\text{RND} = \text{RNB} + \text{TUR} \text{ ou } \text{RND} = \text{C} + \text{SD}$$

Em que (C) representa o consumo e o (SD) a poupança doméstica, aquilo que os agentes não gastaram.

Como tudo na economia está interligado, a RND também pode ser subdividida em renda do governo e renda das organizações e famílias. Aqui vamos simplesmente dividir o todo em suas partes. A RN só poderá ter dois destinos: ou ela fica sob posse das famílias ou do governo.

A Renda Disponível do Governo (RDG) é constituída pelas arrecadações públicas com impostos diretos menos as transferências e os subsídios; e a Renda Privada Disponível (RPD) é a soma das remunerações pagas aos fatores de produção privados (famílias). Dessa forma, temos que:

$$\begin{aligned} \text{RDG} &= \text{RND} - \text{RPD} \\ \text{RPD} &= \text{RND} - \text{RDG} \\ \text{Logo: RND} &= \text{RDG} + \text{RPD} \end{aligned}$$

Além do que foi visto, ainda existe a aplicação dos conceitos de líquido e bruto aos agregados macroeconômicos. Recebe o conceito de bruto todo agregado do qual não se retira a taxa de depreciação, e líquido será aquele do qual se retira a depreciação. Por depreciação se entende o desgaste de máquinas, equipamentos e obras que ao longo do tempo vão perdendo a sua capacidade operativa. Ao final de sua vida útil eles não têm mais valor para a produção. Devemos contabilizar como produto ou renda aquilo que foi acrescentado à sociedade, descontando aquilo que foi criado apenas para repor o desgaste destes itens sujeitos à depreciação.

IDENTIDADES CONTÁBEIS

Como vimos, a mensuração do esforço produtivo de um país ou região é avaliada pelo valor adicionado de todas as unidades produtivas a cada período. Pela ótica do produto o valor adicionado em um determinado período é calculado para cada unidade de produção, ou seja, para cada organização do país em questão. Como isto exige um esforço monumental, surgem maneiras simplificadas de fazê-lo.

Podemos também medir o produto pela ótica da despesa (ou gastos) e ainda pela ótica da renda em que se totaliza o pagamento da remuneração dos fatores de produção. Novamente, tanto para renda como para despesa o correto seria avaliarmos como cada unidade familiar obteve sua renda e efetuou suas despesas. Como isto também se torna uma tarefa gigantesca, surgem igualmente maneiras simplificadas de fazê-lo. No entanto, não cabe aqui discutirmos estas simplificações, mas apenas dar a certeza a você que estes são procedimentos rigorosos, que fazem parte de instruções normativas aplicadas de maneira homogênea em todo o mundo, segundo os ditames dos setores econômicos da ONU. As três formas de mensuração do produto definem a identidade contábil básica como sendo:

$$\text{Produto} = \text{despesa} = \text{renda}$$

Na Contabilidade Nacional existe também o critério de valoração, que é a determinação dos preços. Ele é de extrema necessidade, pois a identidade contábil só será válida se os valores agregados estiverem expressos pelos preços praticados em um determinado momento.

Você já ouviu falar de valoração? Sabe como ela é feita?

A valoração utiliza o custo pago pelos fatores de produção (mão de obra e capital) na porta da fábrica. Ao acrescentarmos a ela os impostos indiretos e subtrairmos os subsídios temos os valores da produção a preço de mercado.

Chegamos a um ponto crucial na Contabilidade Nacional. Daqui para frente discutiremos como essa identidade contábil básica se mantém em diferentes modelos de economia. Conhecendo essa formação passaremos a trabalhar com o Sistema de Contas Nacionais.

Vamos imaginar a partir de agora economias com diferentes graus de sofisticação quanto ao seu funcionamento, começando com uma economia fechada (sem relações com o exterior) e sem governo.

ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO

A economia fechada consiste em uma economia sem relações com o exterior. Neste caso – economia fechada e sem governo – a demanda agregada pela ótica da despesa assumirá a seguinte forma:

$$Y_p = C + I_p$$

Nesta equação teremos que o produto ou a RPD (pois não temos governo nem setor externo) será igual aos gastos com o consumo das famílias somado aos gastos com o investimento privado. Se considerarmos a ótica da renda, essa mesma igualdade irá assumir a seguinte forma:

$$Y_p = C + S$$

Em que (S) é a poupança privada obtida pela equação RND – C, ou seja, Renda Nacional Disponível menos o consumo. Observando as duas igualdades é possível percebermos a identidade contábil:

$$S = I_p$$

Assim, podemos afirmar que em uma economia fechada e sem governo o investimento privado será igual à poupança privada.

ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO

Ao inserirmos o governo na economia anterior nós teremos uma economia de três setores. Aplicando o mesmo procedimento para definirmos a demanda agregada pela ótica da despesa, acrescentaremos agora os gastos do governo. A identidade irá assumir a seguinte forma:

$$Y = C + I + G$$

Da mesma maneira, a demanda por meio da ótica da renda será:

$$Y = C + S + \text{RLG}$$

Mas se retirarmos da Renda Líquida do Governo (RLG) os gastos do governo (G), aparecerá a S_g que é a poupança do governo. Podemos, então, com base nas identidades apresentadas derivar que:

$$S + \text{RLG} = I + G$$

Ao substituírmos a poupança do governo nessa equação teremos a seguinte identidade:

$$S + S_g = I$$

Desta forma, podemos concluir que para uma economia fechada e com governo os investimentos públicos e privados e seus prováveis gastos serão financiados pela poupança privada e pela receita do governo. Podemos ainda tirar outra conclusão mais

subjativa dessa identidade: observe as equações anteriores e perceba que no caso de a RLG ser menor do que o seu gasto, será necessário que a poupança privada financie as despesas do governo. No entanto, se ocorrer o contrário e a RLG for maior do que os gastos do governo, teremos que ambas as poupanças, privada e pública, serão responsáveis pelos investimentos da sociedade.

Mais tarde veremos, por convenção, que as despesas do governo são tomadas indistintamente como despesas de consumo e de investimento. Sendo assim, se as receitas do governo forem maiores do que as despesas de consumo, isso significa que ele está conseguindo pagar pelos investimentos sob sua responsabilidade e ainda está ajudando a financiar os investimentos privados. Do contrário, se as despesas forem maiores do que as receitas de governo, as famílias têm de deslocar parte de sua poupança para financiar as despesas de governo.

Outra situação possível é a de aplicarmos a poupança em **investimentos públicos**. Nesta situação, as famílias deixam simplesmente de financiar os investimentos privados e deslocam este esforço para a esfera pública. Macroeconomicamente o que interessa é que os investimentos sejam feitos, não havendo grande preocupação quanto a quem eles pertencem, se às famílias ou ao governo. No entanto, se a poupança privada financiar as despesas do governo na rubrica de consumo, podemos estar diante de um problema.

Diante do exposto, podemos afirmar que a sociedade deveria preferir investimentos ao consumo, pois os investimentos aumentam a capacidade produtiva da economia ao longo do tempo, enquanto o consumo faz desaparecer seus efeitos em curto espaço de tempo.



Aplicação de capital
totalmente detida pelo
Estado.

ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO

Que tal abriremos a nossa economia ao setor externo? Teremos, então, a economia a quatro setores. A primeira observação que podemos fazer é que agora a RND será transformada em PIB e que este, sob a influência do setor externo, se tornará RNB, ou seja,

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{RNB}$$

Passando pelo mesmo procedimento das economias anteriores (a dois e a três setores) vamos definir a demanda agregada pela ótica da despesa para uma economia em quatro setores (economia aberta):

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

E, pela ótica da renda:

$$Y = C + S + \text{RLG} + (\text{RLEE} - \text{TUR})$$

O Y representará o PIB e, sob a ótica da despesa, $X - M$ representará o saldo das exportações de bens e serviços sobre as importações de bens e serviços. Na mesma linha de raciocínio, temos que $\text{RLEE} - \text{TUR}$ é o saldo das remessas de renda enviada e recebida ao exterior. Como nos casos anteriores, iremos por em prática a identidade contábil:

$$S + \text{RLG} + (\text{RLEE} - \text{TUR}) = I + G + (X - M)$$

Note que, se somarmos os saldos do setor externo, iremos obter a poupança externa (SE):

Transferências
Unilaterais Recebidas.

$$(RLEE - TUR) + (X - M) = SE$$

Uma vez definida a poupança externa vamos organizar de outra forma a equação de identidade que obtemos combinando a ótica da despesa e da renda.

$$I = S + RLG - G + (RLEE - TUR) + (X - M)$$

Se você se lembra das primeiras equações trabalhadas, vai perceber facilmente que nesta última equação o que temos ao final é:

$$I = S + S_g + SE$$

Esta equação pode ser interpretada de outra maneira: o investimento privado feito pelas famílias é de tal importância que deve contar com várias fontes de financiamento, como a própria poupança das famílias, a poupança de famílias estrangeiras que acreditem ser interessante investirem em nosso País e não no seu e, ainda, a poupança do governo. Ou seja, em uma economia aberta o investimento doméstico será financiado pela poupança de todos os agentes econômicos, incluindo a poupança privada, a poupança do governo e a poupança do setor externo.

O investimento doméstico é aquele feito pelas famílias, enquanto os investimentos do governo são aqueles tratados indistintamente do consumo dentro do grande agregado despesas do governo.

Observe que estamos falando em investimentos de famílias quando na verdade deveríamos estar falando de maneira mais apropriada em investimentos de famílias e instituições. Na verdade, as organizações investem e, em última instância, são as famílias que detem sua propriedade direta por contas de capital ou de ações.

Você não precisa se assustar com essas contas! Elas são simples de entender. Aproveite o momento e leia o conteúdo mais uma vez.

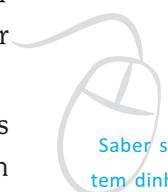
SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

A partir do conhecimento das identidades contábeis vamos apresentar o Sistema de Contas Nacionais, suas principais características e a descrição das suas principais contas. O que a Contabilidade Nacional apresenta é um retrato do funcionamento da economia em um determinado período, ou seja, as contas nacionais representam uma síntese da realidade econômica de um país em determinado período de tempo. Essa síntese pode significar simplesmente fazer a contabilidade de “qualquer coisa”, por exemplo, nossa contabilidade pessoal ou a de nosso escritório.

Em sua versão original criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o sistema possuía quatro contas que foram classificadas por meio de três óticas de mensuração: de produção, de apropriação (ou utilização da renda) e de acumulação dos agentes econômicos. Seguindo essa sequência, a quarta conta leva em consideração o setor externo. Por meio do método contábil das partidas dobradas são feitos os lançamentos nas contas:

- ▶ Produto Interno Bruto (produção).
- ▶ Renda Nacional Disponível (apropriação).
- ▶ De Capital (acumulação).
- ▶ De Transações com o resto do mundo.

Você pode estar se perguntando: como o Brasil realiza essa contabilidade?



Saber se a organização tem dinheiro ou não, se possui dívida ativa ou passiva, se houve pagamento de dívidas antigas, se as dívidas são maiores do que as receitas, se os investimentos correspondem a uma parcela razoável das receitas e despesas e se existem estoques a serem consumidos em períodos vindouros.

Para saber mais sobre este demonstrativo acesse <<http://www.bcb.gov.br/?PCONTAS>>.

O Banco Central faz um demonstrativo de contas que nos permite visualizar como o Brasil faz esta contabilidade.

Vamos começar pela **Conta Produto Interno Bruto**, dando a ela a seguinte definição: é a conta inicial do sistema, a mais importante, aquela que apresenta uma síntese de todos os lançamentos contábeis efetivados durante o período de produção. Ela tem no débito o pagamento das unidades produtivas aos fatores de produção com os impostos subtraindo os subsídios. Por sua vez, o crédito resume o que a instituição recebeu dos agentes econômicos que adquiriram bens e serviços. Do razonete dessa conta é extraído o PIB e as despesas a preços de mercado, agregando tudo o que foi produzido no país, sem distinção entre público e privado ou famílias e governo. Tudo que represente uma atividade de produção e tenha reflexos contábeis entra nesta conta. Observe o Quadro 1.

CONTA PRODUTO INTERNO BRUTO	
DÉBITOS	CRÉDITOS
Salários	Consumo das famílias
Excedente operacional bruto	Consumo do governo
Impostos Indiretos	Formação bruta de capital fixo
(-) Subsídios	Variação de estoques
	Exportações
	Importações
PIB a preços de mercado	Despesas a preços de mercado

Quadro 1: Conta Produto Interno Bruto

Fonte: Elaborado pelo autor

A **Conta Renda Nacional Disponível Líquida**, veja no Quadro 2, demonstra qual foi a renda necessária para o consumo. Diferentemente da conta anterior, nesta o governo e a família são configurados como débito, pois agora eles são unidades consumidoras e não produtoras, possuindo também o saldo da poupança doméstica. No crédito estará toda a renda recebida, a que o governo e as famílias arrecadaram somadas ao saldo do recebimento e transferências ao exterior.

CONTA RENDA NACIONAL DISPONÍVEL LÍQUIDA	
DÉBITOS	CRÉDITOS
Consumo das famílias	Salários
Consumo do governo	Excedente operacional
Saldo: poupança interna	Impostos indiretos
	(-) Subsídios
	(-) Depreciação
	(-) Renda enviada ao exterior
	Renda recebida do exterior
Utilização da renda nacional disponível líquida	Apropriação da renda nacional disponível líquida

Quadro 2: Conta Renda Nacional Disponível Líquida

Fonte: Elaborado pelo autor

Observe que para trabalharmos com o conceito de contas líquidas foi necessário retirar a depreciação do lado do crédito. O excedente operacional bruto é uma espécie de lucro auferido pelas organizações: ao retirar a depreciação desta conta é como se o excedente operacional ficasse disponível para o consumo e o investimento das organizações, tendo sido feitas as despesas necessárias para repor os bens que se depreciaram ao longo do processo produtivo naquele período de tempo.

Outro demonstrativo de conta é a **Conta de Capital** – a mais simples de todas – que tem por objetivo a consolidação do Sistema de Contas Nacionais. No débito da Conta de Capital são lançados os gastos da formação de capital menos a depreciação, e no crédito os lançamentos referentes às fontes de recursos para investimentos dos agentes econômicos, ou seja, as poupanças. Ao retirarmos a depreciação estaremos avaliando a formação de capital novo para suportar o esforço produtivo. Note que alguns investimentos foram feitos na forma de bens de capital para repor aqueles bens que se depreciaram durante o período em curso. Veja o Quadro 3.

CONTA DE CAPITAL	
DÉBITOS	CRÉDITOS
Investimentos em bens de capital (ou formação bruta de capital fixo)	Poupança interna
Variação de estoques (-) Depreciação	Poupança externa
Total da formação de capital	Financiamento da formação de capital

Quadro 3: Conta de Capital
Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, temos a **Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo** na qual lançamos as movimentações dos agentes externos do país: o que for produzido no país e adquirido por não residentes (as exportações) e o que for rendimento enviado ao país por meio de transferências unilaterais com o resto do mundo. A poupança externa nesta conta vai para o lado do débito, ou seja, todos os rendimentos gerados para o país por suas ligações com o resto do mundo. No lado do crédito serão lançados os rendimentos enviados ao exterior, por exemplo, as compras de bens e serviços que foram feitas por residentes no exterior (importações) e as transferências pagas a não residentes. Analise o exemplo no Quadro 4.

CONTA TRANSAÇÕES CORRENTES COM O RESTO DO MUNDO	
DÉBITOS	CRÉDITOS
Exportações	Importações
Renda recebida do exterior	Renda enviada ao exterior
Saldo: poupança externa	
Recebimentos correntes	Utilização dos recebimentos correntes

Quadro 4: Conta Transações Correntes com o Resto do Mundo
Fonte: Elaborado pelo autor

As contas nacionais no Brasil possuem um modelo metodológico um pouco diferente e mais completo. O sistema brasileiro é composto por duas contas principais: a Conta Econômica Integrada (CEI) e a Tabela de Recurso e Uso de Bens e Serviços (TRU).

A princípio você pode imaginar que não tem lógica estudarmos um sistema de contas que não seja o utilizado em nosso País, embora não o seja, o sistema de contas aqui apresentado está totalmente inserido na CEI. Afinal, esse é um modelo elaborado pela ONU e cada país modifica-o de acordo com a sua necessidade. A diferença básica está na TRU que é utilizada para realizar investigações com relação às unidades de produção. O sistema nacional brasileiro trabalha da seguinte forma: todos os lançamentos contábeis são realizados na CEI e a TRU se posiciona em caráter de verificação dessas contas.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Chegamos ao ponto final desta Unidade que é o balanço de pagamentos. Nele são registradas, pela Contabilidade Nacional, todas as transações econômicas entre um país e o resto do mundo durante um determinado período de tempo. Sua função principal é a de analisar o estado das finanças internacionais de um país, uma vez que se existir saldo negativo em alguma das contas isso significará que os rendimentos enviados ao exterior superaram as receitas recebidas dos agentes externos pelas transações que ocorreram nessa conta.

O balanço de pagamentos tem uma importância singular na análise econômica: é um instrumento que nos permite acompanhar detalhadamente a evolução dos fluxos de recursos de materiais e financeiros entre os agentes internos e externos de uma determinada economia.

Como qualquer outro plano contábil, o balanço de pagamentos da Contabilidade Nacional é dado por um conjunto de contas agregadas que podem ser subdivididas em diversas outras contas, dependendo somente da necessidade de análise a ser realizada. Existem quatro contas analíticas que formam a base do balanço de pagamentos. São elas:

- ▶ **Conta corrente:** nela são registrados todo o comércio de bens e serviços, os pagamentos e os recebimentos de rendas de capital e trabalho, além das transferências unilaterais entre os países e o resto do mundo.

- ▶ **Conta capital:** nela são registradas as transferências unilaterais de ativos reais e ativos financeiros ou ativos intangíveis entre residentes e não residentes.
- ▶ **Conta financeira:** nela são registrados todos os tipos de fluxos de capitais entre o país e o resto do mundo.
- ▶ **Omissões e erros:** como é normal existem discrepâncias entre as somas das contas correntes, capital e financeira por conta das diversas variações monetárias ao final de cada período, esta conta é a encarregada de realizar os ajustes necessários e criar a identidade contábil entre o lado do débito e do crédito.

A literatura acerca do tema considera a existência de uma quinta conta, mas essa seria apenas a do saldo do balanço de pagamentos que, por sua vez, seria a soma do saldo de todas as contas. Como todo balanço de pagamentos deve “zerar”, ao final dos lançamentos é inserida uma sexta conta – os Haveres da Autoridade Contábil – que revelará se existiu aumento ou queda nas reservas internacionais, resultado de um saldo positivo ou negativo no balanço de pagamentos.

Não se preocupe com tantas contas. Vamos examinar, em sequência, os vários integrantes de cada conta do balanço de pagamentos. Preparado?

A **conta corrente** é constituída de quatro subcontas: o balanço comercial, o balanço de serviços, o balanço de rendas e as transferências unilaterais de renda. O balanço comercial, como o nome indica, registra as movimentações de compra e venda entre residentes e não residentes no país. Tudo deve ser registrado nessa conta pelo seu valor *free on board*, ou seja, livre dos valores adicionados pelos custos com fretes, comissões e seguros que serão lançados na subconta de balanço de serviços.

A subconta de balanço de serviços irá registrar as receitas e os pagamentos relativos à prestação de serviços nas transações entre residentes e não residentes. O balanço de rendas registrará as receitas e os pagamentos associados às rendas do trabalho e do capital em transações entre residentes e não residentes. Essa renda corresponde aos salários e ordenados pagos por residentes a não residentes e os pagos pelos não residentes aos residentes. As transferências unilaterais da renda são as receitas ou as despesas as quais não existiram contrapartidas ou aquisições de bens. Podemos entendê-las melhor se ligarmos o seu conceito ao de doações.

A segunda conta, por nós descrita, foi a **conta de capital**. Aqui temos registradas as **transferências unilaterais de ativos reais**, financeiros e valores intangíveis entre os residentes e os não residentes. A diferença que se dá entre as transferências de conta corrente e a de conta capital é que nesta estão envolvidos os direitos de propriedade sobre ativos, ou seja, houve uma contrapartida de quem vendeu a quem comprou e os bens trocam de mãos entre nacionais e estrangeiros.

Este não é o caso das rendas em que houve a troca de pagamentos pelo aluguel de um fator de produção. Essas rendas (aluguéis) são contabilizadas na conta corrente, como exportações e importações de serviços. Esse aluguel tanto pode ser a forma de remuneração por máquinas, equipamentos e prédios emprestados temporariamente para a produção (e depois devolvidos) como o pagamento de salários pelo uso de mão de obra operativa ou gerencial. Ao final desse uso de mão de obra, a sua capacidade operativa volta a ser de propriedade de quem a detinha, no caso os operários, os gerentes e os empreendedores.

Temos também a **conta financeira**, uma conta basicamente para o registro de valores. Ela contabiliza os fluxos de capital entre residentes e não residentes e dela se derivam mais quatro subcontas:

- ▶ **Investimento direto:** são as entradas e saídas de capital relacionados à obtenção de um interesse no longo prazo do investidor não residente em um negócio

Atenção para não contundi-las com as transferências unilaterais de renda.

ou atividade residente da economia. Por interesse se entende a aquisição, a participação acionária ou simplesmente o empréstimo de recursos entre as matrizes de organizações e suas filiais.

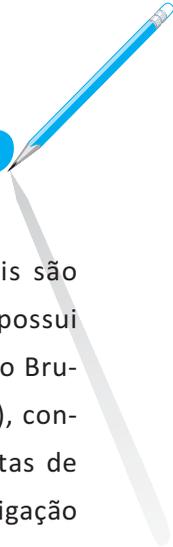
- ▶ **Investimentos em carteira:** são as receitas e as despesas relacionadas aos empreendimentos de curto prazo, como é o caso das ações do mercado financeiro, debêntures e outros títulos de renda fixa e variável.
- ▶ **Derivativos e outros investimentos:** é apenas uma conta residual que registra qualquer fluxo que não se encaixe em nenhuma das outras contas citadas e que possui quatro grandes grupos: créditos comerciais, empréstimos, moedas e depósitos e, por último, outras operações.

Observe que a conta financeira está diretamente relacionada à conta corrente, pois para cada tipo de investimento na conta financeira existe uma conta correspondente na subconta de balanço da renda. Nesta subconta de balanço da renda são lançados os juros e as outras despesas financeiras associados à movimentação de capitais registrada na conta financeira. O movimento de entrada e saída de capitais também é registrado na conta financeira, enquanto que os custos desta movimentação, por exemplo, os juros, são registrados no balanço de rendas.



É esperado que os capitais se movam de um país a outro em busca de alguma forma de remuneração.

Resumindo



Nesta Unidade, vimos que as contas nacionais são apresentadas por meio de um modelo clássico que possui quatro subdivisões: conta do produto (Produto Interno Bruto), conta de apropriação (Renda Nacional Disponível), conta de formação bruta de capital (acumulação) e contas de relação com o exterior. Estas contas mostram a interligação entre os vários elementos que estão presentes em qualquer sistema econômico.

Em particular, estudamos como funciona uma economia aberta por intermédio da importação e da exportação de bens, do pagamento por serviços e da entrada e saída líquida de recursos. Os elementos contábeis apresentados nesta Unidade estão associados ao que será apresentado nas Unidades 3 e 4 para uma economia fechada e abrem o caminho para uma exploração mais detalhada das contas externas que venham a ser incluídas nos modelos de oferta e demanda agregadas estudados neste livro.



Atividades de Aprendizagem

Vamos conferir se você compreendeu o conteúdo exposto?
Procure, então, resolver as atividades propostas.

1. Discorra sobre a origem história e o desenvolvimento da metodologia das contas nacionais.
2. Qual a diferença entre Produto Interno Bruto e Produto Nacional Bruto?
3. Como a poupança externa pode vir a complementar a poupança interna na visão das contas nacionais?
4. Explique a identidade contábil de uma das contas da Contabilidade Nacional, e por que os dois lados da conta necessariamente chegam aos mesmos valores?